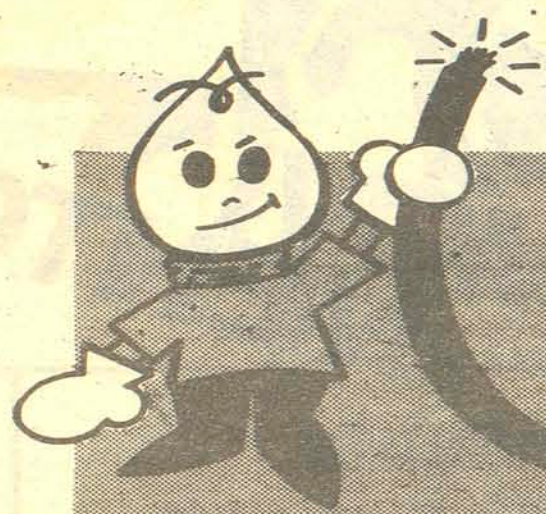




Acordo na ELETROSUL é outra vitória dos eletricitários

As assembleias realizadas durante esta semana em todas as áreas da ELETROSUL decidiram pela assinatura de Acordo entre a Intersindical e a Empresa. Os sindicatos consideram um Acordo razoável, que avança em questões importantes. O resultado positivo está sendo atribuído a trajetória de lutas da categoria, que vem demonstrando capacidade de organização e mobilização. As negociações ocorridas a nível nacional também concorreram para um saldo satisfatório.

No âmbito nacional, as negociações estabelecidas com o fórum nacional das empresas viabilizaram entendimentos que resultaram no fim das greves na ELETROSUL e CEB. Além disso, ocorreram avanços para resolver as questões de compatibilização dos salários do Setor Elétrico, fim de locação de mão-de-obra e concurso público,

SALÁRIOS

Para os empregados da ELETROSUL, no campo econômico, foi conquistado o pagamento do IPC integral, além de um ganho real de 2,8% e produtividade de 4%. Para driblar a inflação, foi garantido uma antecipação mensal compensável, que significa o pagamento da política sa-



larial e mais o que exceder a 30% da inflação do mês anterior. Mais do que isso, os trabalhadores da ELETROSUL, receberão em janeiro um abono de 15,7% a título indenizatório da URP de fevereiro de 89. Outra novidade: até o dia 15 de cada mês será pago 40% do salário líquido do mês anterior corrigido pelo IPC, sendo o resto do salário pago até o último dia do mês.

MAIS CONQUISTAS

Além da manutenção de diversos direitos, ficou assegurada a **garantia no emprego** (com a redação considerada a mais avançada do Setor). O acordo garante o adicional de

penosidade. Foram acertados avalarsos para os inativos, inclusive um sistema de credenciamento de aposentados.

HORIZONTE

Não resta dúvida de que todas estas conquistas são resultados de um processo de luta e mobilização que os trabalhadores da ELETROSUL vêm travando há anos. Se estas conquistas não são o início, certamente não são também, o fim. Muitas lutas virão pela frente, muitas dificuldades. No futuro vai continuar valendo a mobilização, a união, a consciência e a vontade de vencer como ferramentas para construir vitórias. A luta continua!

Chefes da CELESC em inquérito por perseguição a empregados

A Justiça do Trabalho encaminhará documentação que resultará em inquérito policial contra chefias da CELESC por "coação no curso de processo judicial". Isso em consequência da perseguição deflagrada pela Empresa, através de chefes, aos empregados que tinham ação reclamatória na Justiça, negando-lhes aumentos por mérito.

A decisão consta na sentença da Juíza Águeda Maria Lavoratto Pereira, da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Florianópolis. "Expeça-se ofício ao Órgão do Ministério Pú-

blico Federal, para apuração da **responsabilidade criminal** do chefe imediato do autor, pela prática do crime previsto pelo Artigo 343 do Código Penal Brasileiro", determinou a Juíza.

Além desta importante decisão, a Junta decidiu dar ao empregado reclamante o reajuste por mérito que foi sonegado, tendo a CELESC que pagar em dobro todas as diferenças salariais decorrentes do aumento, além de juros de mora e retroatividade a abril de 89.

REPÚDIO

A Juíza ainda repudiou a ati-

tude da Empresa: "Desnecessário ressaltar o repúdio que merece a atitude levada a efeito pela reclamada (a CELESC) que, a par de agir em total desprestígio e desrespeito para com a Justiça, cometeu ato indigno, não condizente com suas altas finalidades...".

O curioso é que a decisão da Juíza coloca na alça de mira da Justiça justamente as chefias, que aplicaram a tacanha determinação da "gestão participativa". Tais chefes vão responder pelo crime e pela submissão.

CELESC:

Sindicato solicita informações para instruir uma ação popular

O presidente do Sindicato de Florianópolis enviou no dia 6 dois ofícios ao presidente da CELESC. No documento são solicitadas as informações sobre os administradores dos Centros Regionais — CRED — e dos diretores, para instruir ação popular.

De acordo com a lei da ação popular, Nogert Wiest possui quinze dias para responder como ocorreu a criação do cargo de diretor adjunto regional, se as pessoas que ocupam essa função são empregados da CELESC, se esta prática está de acordo com o Plano de Carreira da Empresa e ainda em que se baseia o pagamento de ajuda de custo de 28,12% até 145,20%.

Depois de tentar impedir o Acordo, CELESC diz ter o mérito da transigência

Depois de ter feito de tudo para evitar a assinatura do Acordo Coletivo, a CELESC, através do jornal *Interação* do Conselho dos Centros Regionais, afirma que "alcançamos a harmonia no seio da empresa". Pior do que isso, é que a CELESC reivindica para si "a virtude da transigência".

Quando o editorial fala dos números relativos à produtividade, que acabaram recebendo o nome de participação na rentabilidade, chega-se ao ponto alto da demagogia. Todos sabem que o índice foi desdobrado em vários "nomes" porque a Empresa não quis admitir que estava pagando a produtividade de 10%, a qual os empregados tinham direito.

A chamada "gestão participativa" e os CCQs nada têm a ver com esta conquista, que deve-se a intervenção dos sindicatos no processo de negociação.

Gratificação de férias:

É hora de entrar na Justiça para garantir

Todos os empregados da CELESC que desejarem entrar com ação judicial pleiteando a gratificação de férias devem procurar a assessoria jurídica do Sindicato de Florianópolis. Os interessados devem trazer os seguintes documentos: contracheques dos últimos três anos em que aparece o pagamento da gratificação de férias e a carteira de trabalho.

Vale lembrar que já existe uma decisão favorável. A defesa neste caso baseou-se no fato de que para os empregados da CELESC a gratificação de férias pode ser chamada de gratificação de luz.

O valor refere-se a troca de 20 Kw de energia elétrica, que foi concedido e 64 até 66, por uma gratificação de 50%, que convencionou-se chamar de gratificação de férias, mas que nada tem a ver com a gratificação de férias constitucional.

Para gerentes, celesquianos são uma tropa do governador

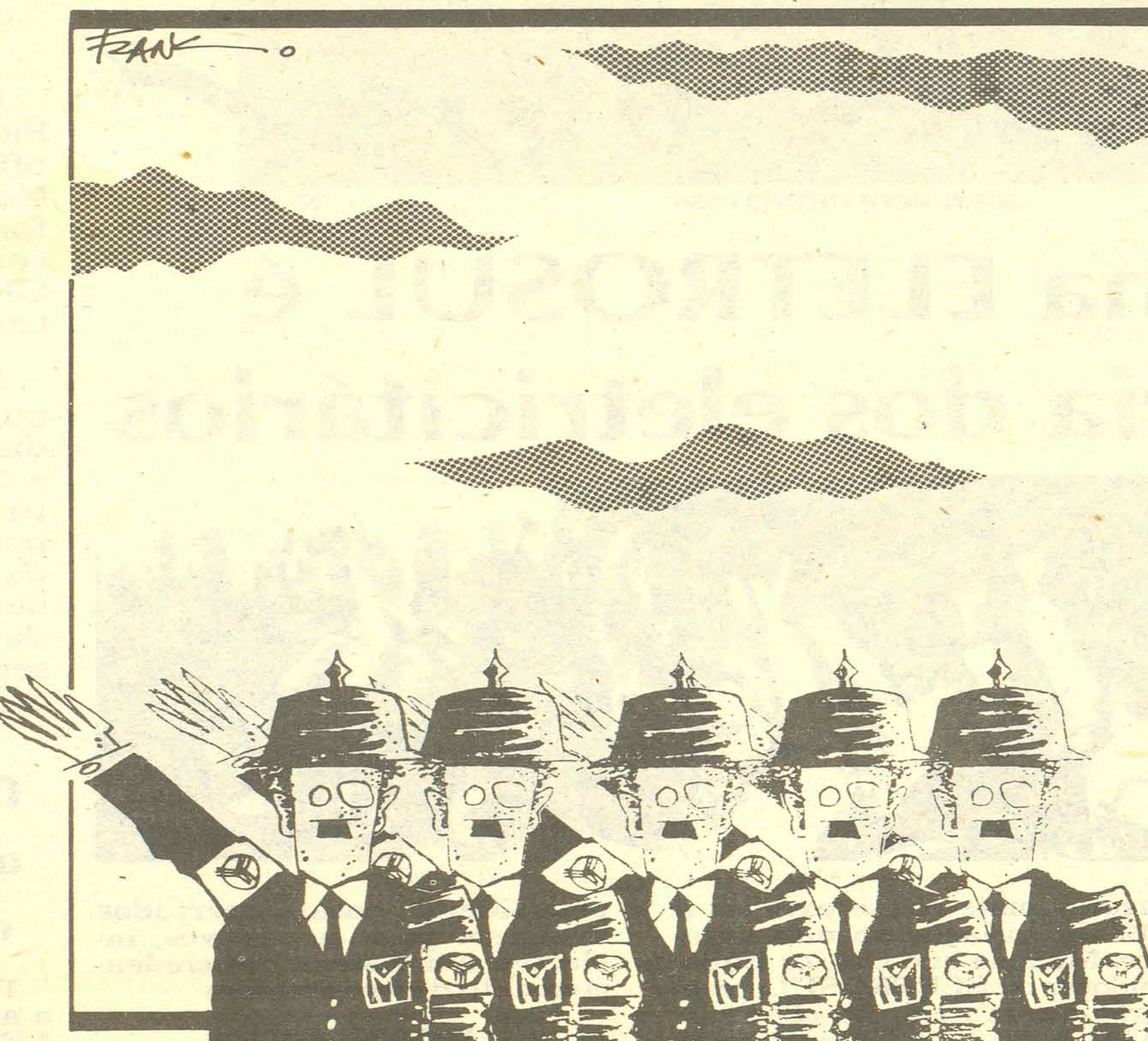
A *gestão participativa*, tão utilizada em publicidade da CELESC como algo inovador, acabou se tornando um ponto de discórdia dentro da própria Diretoria da Empresa, comprovando a tese da Intersindical de que a tal gestão jamais foi realmente participativa.

Declarações públicas do vice-presidente da Empresa, Luiz Cruz Schneider, denunciando a *gestão participativa* como "um engodo, uma farsa e muitas vezes uma espécie de teatro, com personagens facilmente manipuláveis" motivou um documento assinado por diversos membros do corpo gerencial que se apresentam ao presidente da CELESC como "seus principais auxiliares".

Tais gerentes requerem a imediata demissão de Schneider, acusando-o de "um antagonista em nossos quadros". Tudo isso pouco importaria aos celesquianos se o texto não revelasse a visão de instrumento político que os signatários têm da CELESC. A empresa para eles é "instrumento de ação e presença governamental... como formadora de opinião e imagem do governo do Estado".

Segundo o texto, os celesquianos são "a tropa de elite do Governador do Estado". Neste ponto os autores do documento não escondem a visão militarista que os faz servir ao Coronel Pedro Ivo, e transformam todos os celesquianos em massa de manobra política. A linguagem facista volta a aparecer: "nos sentimos orgulhosos de nosso exército". Por acaso algum empregado da CELESC se alistou neste exército ou defende tal líder e sua ideologia?

Os gerentes que subscrevem o documento não conseguem esconder o culto à personalidade — tradição fascista — ao presidente da Empresa, Nogert Wiest. São os seus "principais porta-vozes... na defesa de seu Discurso, da sua Proposta, da sua Imagem,...". E prosseguem: "sem falar obviamente de algo que sempre nos preocupou, sua imagem, seus compromissos e sua reputação". No final do documento reafirmam "lealdade a sua pessoa e aos



propósitos do governo PEDRO IVO CAMPOS/CASSILDO MALDANER". Tudo isto num documento com o timbre oficial da CELESC.

Independente da divergência interna — que isso é problema da diretoria — cabe ressaltar a visão da utilização da CELESC como instrumento político

e ideológico que têm estes gerentes. Agora ficam claros os motivos que os levaram a pressionar empregados e espalhar o terror na empresa, como ocorreu em muitas ocasiões. Eles defendiam não apenas seus cargos, mas uma proposta política, uma ideologia, um Governo e um "guru", todos elementos orientados pelo autoritarismo.

O Governo e os preços

Contribuição da Subsessão do DIEESE dos Eletricitários

Ao longo do mês de outubro houve uma importante modificação na política de controle dos preços na economia. O Governo "sepultou" o CIP (Conselho Interministerial de Preços), implantou as "Câmaras Setoriais" e fechou acordos com importantes setores empresariais. A nova proposta do Governo, acertada com os empresários, pode ser assim resumida: 1º) reajuste automático mensal de até 90% do IPC do mês anterior; 2º) percentuais superiores seriam negociados com fornecedores, compradores e Governo, nas "Câmaras"; 3º) o Governo facilitaria as importações caso haja escassez; 4º) as duplicatas seriam "betenizadas".

Desde o fim do Plano Verão o Governo não havia tomado atitudes com relação a preços, e vinha tentando combater a inflação basicamente com a taxa de juros. Isso tem efeitos contraditórios: mesmo mantendo o atrativo da poupança (evitando o consumo exagerado que puxa os preços para cima), atua no sentido de aumentar o gasto público (com juros de sua dívida) e o ganho especulativo. Com juros altos as empresas têm também custos financeiros elevados, o que de certa forma é repassado aos preços. O mais importante é que sozinho a inflação passasse de 29,34% em agosto para 35,95% em setembro. Mexer diretamente nos preços foi uma operação escolhida pelo Governo para evitar a deflagração de um processo hiperinflacionário a curto prazo, ou seja, até o final das eleições, em dezembro.

A lógica da proposta do Governo reside no fato de que numa negociação as partes vão buscar o menor preço, de forma que os aumentos reais de preços fossem os menores possíveis. Além disso, todos ficariam sabendo antecipadamente de quanto e quando seriam estes

aumentos. As expectativas de inflação futura estariam baseadas em números e datas, enquanto acordos com setores estratégicos do patronato garantiriam a adesão do poder econômico. Ou seja, se pretendia um comportamento coletivamente homogêneo dos empresários, que assumiriam uma postura "de classe".

Mas a lógica da sociedade é bem outra: vige a concorrência pelo maior lucro. No contexto de inflação elevada, a antecipação dos fatos torna-se uma questão vital. Os trabalhadores sabem muito bem o que significa defasagem dos valores no tempo. Na economia brasileira, uma grande parte da produção está fora do controle do Governo, a quem não prevalece o controle de preços; além disso, como dissemos, juros altos elevam custos e preços e nenhum empresário abre mão de sua margem de lucro por uma "boa causa". Mesmo por isso os índices de inflação de outubro continuaram a crescer, embora não com tanta velocidade. Uma avaliação do resultado desse novo quadro fica para novembro, cuja inflação capta toda vigência dos acordos. Uma rápida olhada nos jornais aponta reajustes reais em diversos setores como o de pneus, veículos e produtos petroquímicos.

Numa perspectiva de médio prazo, controlar preços, além de combater a inflação, tem o papel de conduzir o desenvolvimento econômico e de conter o poder econômico dos monopólios. Controlando os preços um Governo pode privilegiar setores estratégicos para um projeto de desenvolvimento. Também impede que os grupos de grande poder de mercado imponham seus preços. Estas funções das políticas de preços são fundamentais inclusive para uma distribuição de renda.

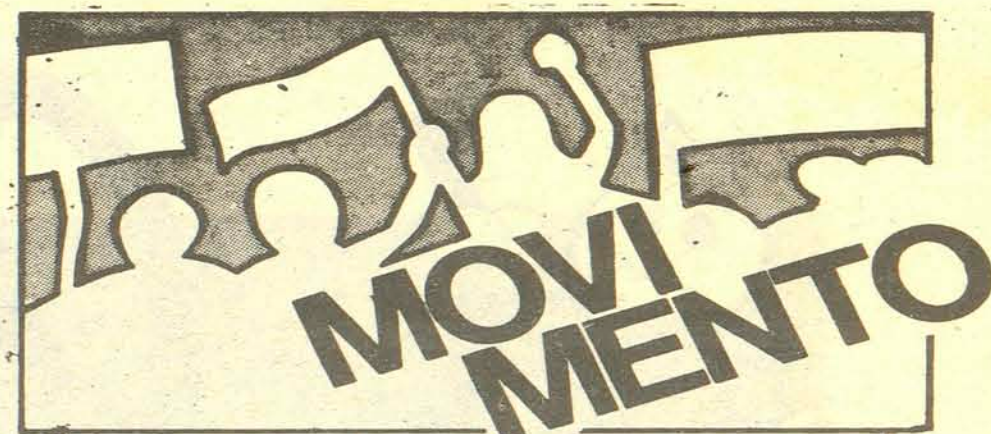
Eleição presidencial vai ser debatida neste jornal

Como já se esperava, a apuração dos votos do primeiro turno da eleição presidencial estabeleceu um confronto entre duas visões diametralmente opostas para o segundo turno. Collor e Lula vão protagonizar uma disputa entre projetos para o Brasil.

Na oposição entre os candidatos não existe apenas pontos de programas de governo, mas sim uma visão de como o Brasil deve se desenvolver, como deve ser o modelo econômico, a política internacional, etc... Por isso se pode dizer que agora é o futuro do país que está em jogo.

Collor participa desta eleição representando grupos econômicos poderosos e alianças políticas situadas à direita. Lula se apresenta com a sua vinculação com o movimento sindical e popular. Os interesses que representam são de grupos sociais distintos.

Por entender que a eleição presidencial deve ocupar a todos através da discussão, do debate, etc... O LINHA VIVA, até 17 de dezembro, vai trazer uma série de matérias abordando os projetos dos dois candidatos. Não pouparemos esforços nem espaço no jornal para propiciar a reflexão sobre este momento histórico que vive o país. Os eletricitários não podem deixar de discutir o futuro do Brasil.

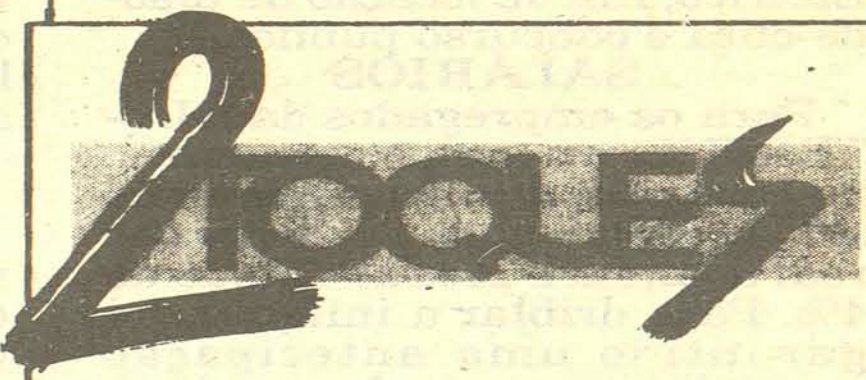


Vitória

No dia 8, o Tribunal Superior do Trabalho rejeitou os "embargos infringentes" do Banco do Brasil. Por seis votos contra três o BB teve que pagar no dia seguinte os 31,86% restantes do cálculo da inflação integral. Assim finalmente se encerra a longa novela do pagamento dos 152% aos bancários, que visava tão somente a reposição do IPC integral. Sabendo que seria inútil promover outro adiamento semelhante, a Caixa Econômica Federal pagou imediatamente os 152% de reajuste aos empregados.

Solidariedade

Faça uma criança sorrir nesse natal participando da campanha do PROSOL. Basta doar um presente para uma criança carente da Creche São Francisco de Assis (da Serrinha). Os contatos podem ser feitos na ELETROSUL com Wagner (7740), Dino (7320), Fialho (7330), Hermes (7225), Barz (7718) ou Roberto Peter (521/147).



1 A prefeitura da capital, não querendo mais sujar suas mãos com as famílias sem-teto de Florianópolis, cedeu, juntamente com o DNER, uma área na via expressa para que Ruberval Carlon construa um posto de gasolina. Em troca, o empresário só precisa remover as 70 famílias que hoje moram no local.

2 Renato Ribeiro, proprietário da Companhia Jornalística Caldas Júnior no RS, proibiu o aparecimento em seus veículos de comunicação (rádio, jornal e TV) de deputados estaduais que votaram contra a insenção de ICM às empresas de comunicação. A coisa chegou ao ponto de um programa de TV ao vivo ser interrompido no seu terceiro minuto por ter a participação de José Fortunatti, um dos proscritos. A censura acabou ou agora se chama poder econômico? A isenção foi aprovada.